

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
NELSON WERNECK SODRÉ: feudalismo e revolução à brasileira			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Filipe Leite Pinheiro	Universidade Federal Fluminense	UFF	Mestrando
Marco Antonio Martins da Rocha	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Professor
Maria Mello de Malta	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professora
Carla Curty	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutoranda
Wilson Vieira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professor
Bruno Borja	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A obra de Nelson Werneck Sodr� tem peso ineg�vel para a compreens�o da realidade brasileira a luz de um referencial te�rico marxista. Nesse sentido, tal obra apresenta uma importante contribui�o para a caracteriza�o do Modo de Produ�o brasileiro e para a compreens�o de sua transi�o para o capitalismo, ao mesmo tempo em que fornece elementos para pensar os limites e as possibilidades da revolu�o socialista no Brasil.</p> <p>Para Sodr� o processo de transi�o do modo de produ�o escravista ao capitalismo no Brasil teria sido marcado por uma etapa de regress�o feudal, sistema este que emerge da decomposi�o do primeiro. Tal leitura forneceria substrato para a caracteriza�o da revolu�o no Brasil como burguesa nacional, notadamente por seu car�ter antifeudal e anti-imperialista. Nesse sentido, se pode afirmar que a contribui�o de Sodr�, embora n�o se confunda com a teoria oficial do partido, fundamenta teoricamente o programa nacional popular defendido pelo PCB nos anos 1950. O presente artigo pretende reconstituir o posicionamento do autor nos referidos debates recuperando os principais momentos de sua evolu�o te�rica, principalmente a afirma�o de sua leitura feudal do processo hist�rico a partir de 1962 com a publica�o de <i>Forma�o Hist�rica do Brasil</i>, bem como sua interven�o na controv�rsia da Revolu�o Brasileira a partir das conclus�es auferidas nesta leitura.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (AT� 3)			
Modo de Produ�o Brasileiro, Revolu�o Brasileira, Feudalismo			
ABSTRACT (AT� 150 PALAVRAS)			
<p>Nelson Werneck Sodre work has undeniable weight to understanding the Brazilian reality in the light of a Marxist theoretical framework. In this sense, such work presents an important contribution to the characterization of Brazilian mode of production and to the understanding of Brazilian transition to capitalism, while providing elements to think about limits and possibilities for a socialist revolution in Brazil.</p> <p>For Sodre Brazil's process of transition from slave mode of production to capitalism have been marked by a feudal regression stage, a system that emerges from the decomposition of the first. Such a reading would provide substrate for the characterization of revolution in Brazil as national bourgeois, especially for its anti-feudal and anti-imperialist character. In this sense, we can say that Sodre contribution, though not to be confused with the official theory of Brazilian Communist Party (PCB), fundamentals theoretically the popular national program defended by the PCB in the 1950's. This article aims to reconstruct the author's position in these debates, recovering key moments of his theoretical evolution, especially the affirmation of his feudal reading of historical process from the year of 1962 with the publication of <i>Forma�o Hist�rica do Brasil</i> (<i>Historical Formation of Brazil</i>) and his intervention on the controversy of Brazilian Revolution derived from his conclusions in this reading.</p>			
KEYWORDS (AT� 3)			
Brazilian Mode of Production, Brazilian Revolution, Feudalism			
EIXO TEM�TICO			
Marxismo, insurrei�es e revolu�es: teoria e hist�ria			

NELSON WERNECK SODRÉ: feudalismo e revolução à brasileira

Filipe Leite Pinheiro¹

Marco Antônio Martins da Rocha²

Maria Mello de Malta³

Carla Curty⁴

Wilson Vieira⁵

Bruno Borja⁶

Introdução

O debate do Modo de Produção Brasileiro, bem como seus desdobramentos necessários para ao plano da tática política contidos na controvérsia sobre o caráter da Revolução Brasileira são, sem hesitar, os principais debates que envolveram a produção marxista sobre a realidade brasileira no século XX. A discussão sobre caracterização de nosso processo histórico e do modo de produção dominante na formação social brasileira mobilizou intelectuais e tendências políticas, que tinham neste debate teórico um guia para sua ação prática na construção da Revolução Brasileira. Fica posto desde o início, portanto, a íntima relação entre estes debates, onde se estabelece um diálogo frutífero entre questões teóricas e questões prático-políticas.

Com uma obra composta por mais de 56 livros e aproximadamente três mil artigos, Nelson Werneck Sodré é, sem sombra de dúvida, um dos maiores intelectuais marxistas brasileiros do século XX. A extensão e a riqueza da sua obra não se restringem ao grande número de publicações, mas também perpassa diversas áreas, da crítica literária e história da literatura, passando pela história militar e da imprensa, chegando à historiografia econômica, onde é notável sua contribuição na controvérsia do Modo de Produção Brasileiro. Essa abrangência, no entanto, ao invés de se perder em diversas disciplinas ou indicar algum ecletismo teórico, tem no materialismo histórico seu elemento unificador, sendo toda sua produção intelectual fundada no método proposto por Marx e Engels. Enquanto intelectual marxista que interpretou o Brasil, Sodré procurou captar as especificidades da formação social brasileira através do conceito de modo de produção, trazendo

¹ Mestrando em Economia (PPGE-FE-UFF), Pesquisador do LEMA.

² Professor do IE-UNICAMP, Pesquisador do LEMA.

³ Professora do IE-UFRJ, Coordenadora do LEMA, Diretora da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

⁴ Doutoranda em Economia (PPGE-IE-UFRJ), Pesquisadora do LEMA.

⁵ Professor do IE-UFRJ, Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA), do IE-UFRJ.

⁶ Professor da UFRRJ (Departamento de História e Economia), Pesquisador do LEMA.

uma importante e polêmica contribuição para a controvérsia do modo de produção brasileiro ao caracterizá-lo como feudal.

Ao introduzir a tese da predominância do modo de produção feudal na formação social brasileira Sodré rejeita, simultaneamente, a leitura que conferia caráter capitalista ao processo desde seu início, estabelecida por Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen e então dominante; e ao mesmo tempo rejeita também a explicação de Varnhagen e Capistrano de Abreu, que via a colonização como a transplantação direta do feudalismo de Portugal para o Brasil, bastando para isso um sistema de capitanias hereditárias com capitães donatários. Em primeiro lugar, um equívoco possível de ser cometido, mas deve ser evitado, é entender o conceito de feudalismo empregado por Sodré como uma volta a Capistrano e Varnhagen. As acepções da categoria em cada caso muito diferem. Enquanto estes viam o feudalismo como uma completa replicação das instituições europeias, Sodré vislumbrou nela a possibilidade analítica de compreender as particularidades de nosso processo histórico, se tratando, como se pretende argumentar, de um feudalismo à brasileira.

Uma questão curiosa é que Nelson Werneck Sodré não só discorda da tradição de interpretação dominante, como revê o ponto de vista que utilizou largamente em seus trabalhos pgressos nos quais aborda a temática da formação econômico-social, como *Formação da Sociedade Brasileira* (1944) e *Introdução a Revolução Brasileira* (1957). O autor apresenta pela primeira vez o conceito de feudalismo em *Formação Histórica do Brasil* (1962), livro que resultou de cursos ministrados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e que, portanto, reflete resultados de cinco anos de pesquisa. Coloca-se como questão, naturalmente, o que teria motivado esta radical revisão teórica em sua interpretação do Brasil.

A resposta desta questão passa pelo alinhamento político de Sodré. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual se filia em 1946, tornando-se mais próximo principalmente no final dos anos de 1950, o autor se tornaria um dos seus maiores expoentes teóricos. O partido, curiosamente, mas não coincidentemente, também passa por uma inflexão em sua estratégia, que culmina na reviravolta em sua linha política com a Declaração de Março de 1958. A partir daí o partido abandona a, já desgastada, estratégia da luta armada de guerrilha, justificada pela sua ilegalidade, para seguir por uma via democrática e desenvolvimentista, que se coadunaria no Programa Nacional Popular.

O Programa Nacional Popular entendia que a revolução burguesa no Brasil era algo ainda por fazer, sendo necessário para tal uma agenda anti-feudal e anti-imperialista, que eliminasse os restos feudais e centros de interesse colonialistas que permaneciam em nossa formação social bloqueando as possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo pujante, o que Sodré chamou de atrofia e frustração de Revolução Burguesa no Brasil. Na base deste programa se encontravam as

resoluções da III Internacional, que elaboravam as diretrizes da atuação política do PC's nas nações *semi-coloniais*, entre as quais estava incluído o Brasil.

O alinhamento político de Sodré com o PCB, sobretudo após a mudança de estratégia do partido com a Declaração de Março de 1958, fez com que muitos leitores desatentos confundissem seu conceito de feudalismo com o contido nas resoluções da Internacional. Stalinista, mecanicista, datado e antiquado são alguns dos adjetivos usados sistematicamente para desqualificar sua obra. No entanto, o conceito de feudalismo empregado por Sodré, centrado na ideia de *regressão feudal*, muito difere do esquema dos cinco modos de produção então em voga na União Soviética.

Tal esquema partia do comunismo primitivo, passando por escravismo, feudalismo e capitalismo, atingindo seu ápice no comunismo, em uma perspectiva de evolução positiva e linear das forças produtivas, que então transformava mecanicamente as relações de produção e toda a superestrutura política e ideológica. A caracterização feudal do modo de produção brasileiro, afirmada por Sodré pela primeira vez em *Formação Histórica do Brasil (1962)*, em nada tem a ver com esta leitura mecanicista do materialismo histórico. Em seu argumento a *regressão feudal* se articula a partir de três noções: a de *heterocronia*, a *contemporaneidade do não coetâneo*, e a de *transplantação*, tomando sempre como referência os argumentos de Marx em *O Capital*.

O fato de Sodré ter sido um militante disciplinado de seu partido, e acatado a utilização da terminologia então posta em seu programa, não invalida, muito menos retira a riqueza de sua leitura. Não se deve, portanto, confundir a sua interpretação do processo histórico brasileiro com aquela mecanicista importada de Moscou. Deste modo, entende-se que coube a Sodré, tendo em vista seu vínculo intelectual com o PCB e seu compromisso político com o programa Nacional Popular, o papel de fundamentar este programa com um elemento teórico específico da realidade nacional, permitindo que o partido substituísse então os fundamentos importado para suas teses.

Nesse sentido, o seu compromisso político e o caráter supostamente datado da obra são suas maiores riquezas. Ao se envolver em uma ferrenha defesa do Programa Nacional Popular, procurando fundamenta-lo na realidade brasileira, a caracterização feudal do modo de produção brasileiro apresentada por Sodré capta algumas especificidades das relações de produção características da formação social brasileira que não poderia ser explicadas tomando como referência uma leitura capitalista do processo. Isso não exime o autor do balanço pelos erros táticos subjacentes a essa estratégia, algo que, ironicamente, seria feito por Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira (1966)*, livro no qual o autor dirige duras críticas ao PCB após o golpe.

Este artigo tem por objetivo recuperar a interpretação do Brasil de Nelson Werneck Sodré contida na sua análise do processo histórico da formação social brasileira através da categoria de modo de produção, bem como evidenciar a perspectiva prático-política do autor acerca do caráter da Revolução Brasileira. Deste modo, o texto se dividirá em mais três partes para além dessa

introdução. A segunda seção trata da contribuição de Sodré a controvérsia do Modo de Produção Brasileiro, explicando sua contribuição a partir da categoria de feudalismo. A terceira recupera a caracterização de Sodré da Revolução Brasileira coadunada no programa Nacional Popular. Por último, o trabalho se dirige à elaboração de algumas breves conclusões.

2. Regressão feudal e heterocronia: a contribuição de Nelson Werneck Sodré para o debate do modo de produção brasileiro

Em 1961, após longo período de reflexão, Sodré decide ir para a reserva, abandonando definitivamente sua carreira militar após diversos episódios de perseguição política dentro do Exército, principalmente o envolvendo a vitória do General Estillac Leal na acirrada disputa política do Clube Militar em 1950. A sua época esta eleição foi tida como prévia para as eleições que trariam Vargas de volta ao poder, tendo na figura de Estillac Leal seu ministro da guerra. O autor então dirigia o suplemento cultural do Clube quando um polêmico artigo contra a posição estadunidense no conflito da Coréia foi publicado. Por conta disso foi perseguido e passou cinco anos de exilado em Cruz Alta, o qual nem Estillac nem Vargas, a despeito dos apelos de Sodré, conseguir dirimir.

Se até então dividia seu tempo entre o serviço militar e a produção intelectual, a partir daí o Sodré se dedicaria por inteiro a esta última. No ano seguinte publicaria *Formação Histórica do Brasil (1962)*, livro que resultou dos cursos ministrados no ISEB, aonde atuou em seus últimos anos de carreira militar após retornar do exílio. Nesta obra o autor expõe pela primeira vez sua interpretação original do processo histórico brasileiro, construída sobre a ideia de *regressão feudal*, o que representou uma inflexão do ponto de vista de sua interpretação do Brasil. A partir daí o autor rompe com a tradição historiográfica de interpretação capitalista deste processo, inaugurada por Roberto Simonsen, continuada por Caio Prado Jr., e seguida por Nelson Werneck Sodré em suas publicações anteriores, *Formação da Sociedade Brasileira (1944)* e *Introdução à Revolução Brasileira (1958)*.

Ao mesmo tempo, o feudalismo postulado por Sodré difere substancialmente da formulação dos historiadores tradicionais, que discordando frontalmente de Roberto Simonsen e Caio Prado, afirmam a existência de um feudalismo transplantado das nações europeias, como é o caso de Varnhagem e Capistrano de Abreu. Embora já lançasse mão do feudalismo em seus estudos para tratar das áreas de pastoreio marginais a produção para a exportação, é a partir de 1962 que o autor dará centralidade a tal conceito, buscando nele a chave para compreender as particularidades da formação social brasileira.

Sodré diferencia-se da literatura feudal tradicional por notar que o feudalismo existente no Brasil não é mera replicação do modelo europeu, mas um feudalismo característico do caso Brasileiro. Ou seja, enquanto para o primeiro grupo de autores há uma gritante uniformidade entre o caso brasileiro e o vigente na Europa, para Sodré esta categoria é empregada com o sentido de captar o caráter idiossincrático deste modo de produção, sendo assim um feudalismo à brasileira. O argumento de Sodré também aponta para o questionamento do caráter homogêneo do próprio feudalismo, chamando a atenção para as diferenças existentes no próprio feudalismo europeu.

O feudalismo elaborado por Sodré carrega consigo a necessidade de compreender as idiossincrasias da formação social brasileira, e para tal aplica o conceito de Modo de Produção. Ao colocar o foco da análise sobre as condições endógenas de produção e as relações de posse e propriedade vigentes, Sodré verifica que o Modo de Produção Brasileiro não pode ser caracterizado como capitalista, ou de sentido capitalista, por apresentar monopólio da terra e relações de trabalho não assalariadas, onde os trabalhadores são remunerados espécie, e, se não tem a propriedade dos meios de produção, ainda se encontram em sua posse. Tais relações não poderiam em hipótese nenhuma ser classificadas como capitalistas. Embora não esteja imune a críticas, tal formulação apresenta um eminente avanço no sentido de adaptar o marxismo a realidade brasileira, principalmente tendo em consideração as condições teóricas da época, onde a leitura dominante considerava que o capitalismo teria chegado ao Brasil junto às naus de Cabral.

Isso não quer dizer que Sodré não via o processo histórico brasileiro como resultado do desenvolvimento desigual e combinado. Em outras palavras, assim como Caio Prado Jr., para não falar no próprio Marx, Sodré vê o processo de colonização do Brasil como um desdobramento do processo de acumulação primitiva de capital, sendo o sistema colonial uma de suas alavancas de acumulação primitiva. Isto não quer dizer, ao contrário do que pensa Caio Prado, que o processo de colonização do Brasil, por derivar do surgimento do sistema capitalista, implique em uma produção colonial capitalista, ainda que a produção escravista seja aqui dotada deste sentido. Sua crítica reside no fato que durante o processo de acumulação primitiva não se teria verificado produção capitalista nem mesmo em Portugal, na medida em que nesta etapa do processo histórico a forma dominante do capital era o capital comercial, uma forma antediluviana, ainda incapaz de se expandir sobre suas próprias bases, e que, portanto, não seria plenamente capitalista.

Sodré argumenta que o desenvolvimento do capitalismo em algumas regiões da Europa teria levado ao recrudescimento dos laços servis em outras partes, como o leste europeu, por exemplo. O processo de acumulação de capital mercantil, ocorrido na esfera da circulação, coexiste e fortalece as relações feudais de produção em alguns lugares, ao passo que atua como uma via de catalisação na destruição destas relações para constituição de relações de produção capitalista em outras regiões. O fator determinante para a consolidação do Modo de Produção capitalista é, conforme o

argumento de Marx exposto em *O Capital*, com a penetração do capital comercial na esfera produtiva e a constituição de relações de produção plenamente capitalistas, que culminam na conformação de relações de trabalho assalariadas. Deste modo passa “*imune à tentação de modernizar o marxismo ao sabor dos modismos intelectuais e das sínteses ecléticas, busca na base produtiva das relações econômicas o princípio de compreensão da história social*” (Moraes, 2001, p.29). Para Sodré ocorria, portanto, uma grande confusão entre a existência de capital comercial, que realiza seu excedente na esfera da circulação e ainda não domina as bases da sua reprodução, e o Modo de Produção capitalista propriamente dito, caracterizado pela penetração do capital na esfera produtiva e a atuação de uma dinâmica auto expansiva que atua sobre suas próprias bases.

Em relação especificamente ao processo de colonização do Brasil, afirma que de modo algum se pode confundir a burguesia comercial que emerge desse processo com uma classe burguesa hegemônica. Além disso, nega o caráter burguês da Revolução de Avis, que, segundo o autor, teria sido motivada por questões militares, marcadamente a expulsão dos sarracenos do território português, não passando de um processo de centralização monárquica. Após esse processo, a divisão das terras entre os senhores vencedores da guerra teria levado à reafirmação do feudalismo na Península Ibérica, embora dotado de algumas características particulares.

Concluindo seu argumento com a ideia que nem mesmo em Portugal existia capitalismo plenamente constituído, deriva daí que em hipótese nenhuma poderia existir capitalismo no Brasil colonial. Descartando então a hipótese de existência de capitalismo coube ao autor indagar qual seria a natureza do Modo de Produção Brasileiro, encontrando na ideia de *regressão feudal* a leitura que considerou mais adequada. Posteriormente, ao ser convidado na década de 1980 para escrever em uma coletânea que tratava da retomada deste debate declarou que, Sodré declara:

De minha parte, e depois de anos a fio de pesquisa, confesso que não encontrei ainda, sem nenhuma pretensão vai isto aqui dito motivo que me fizesse rever aquelas teses, que cedo espousei. De outra parte, permaneço, neste breve esboço de teoria histórica, unicamente assistido pelo método, de que o meu livro antes citado foi fruto, o marxismo. Não há, pois, aqui, nenhum ecletismo, mas a homogeneidade rigorosa quanto aos apoios teóricos (Sodré, 1980, p. 133).

Neste texto, além de fazer um balanço de sua contribuição na controvérsia do Modo de Produção Brasileiro, e reafirmar sua visão sobre o processo de formação econômico-social do Brasil exposta em *Formação Histórica do Brasil (1962)*, o autor expõe resumidamente os aspectos que caracterizam sua visão sobre o Modo de Produção Brasileiro, sendo três as especificidades elencadas: a *hetercronia*, a *contemporaneidade do não coetâneo*, e a *transplantação*. Cabe explicar com alguns detalhes do que tratam estes conceitos.

O ponto de partida de Sodré, segundo ele já trabalhado por diversos autores, consiste no fato da formação social brasileira ter resultado de um processo de colonização inserido no quadro da

acumulação primitiva de capital, que tem na incorporação do sistema colonial uma de suas alavancas de acumulação primitiva originárias. Este processo desencadearia a formação de um mercado mundial, no qual o sistema colonial encontra-se sempre em posição subalterna. Dentro desta dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado que surge a *heterocronia*, sendo esta a existência de modos de produção historicamente distintos em uma mesma formação social. Nas palavras do autor:

Há, evidentemente, distância histórica enorme entre as áreas dominadas pelo feudalismo e áreas dominadas pela comunidade primitiva, este sendo o nosso caso. Essa heterocronia precisa ser levada em consideração, a todo momento, na discussão dos problemas históricos. Ela permanece, ao longo do tempo, sob formas diversas. (Sodré, 1980, p. 134).

Outro desdobramento da *heterocronia*, que atua no plano teórico, e a utilização de conceitos e terminologias derivados da análise de situações concretas diversas do caso brasileiro. Seria o caso do próprio conceito de feudalismo então empregado, que possui uma óbvia referência ao modo de produção que vigorou na Europa durante a idade média. Assim, a *heterocronia* também “*está no uso, para definir processos e fenômenos brasileiros, de linguagem conceitual surgida em outros tempos e em outros lugares*” (Sodré, 1980, p. 134).

É, portanto, a partir deste conceito que Sodré articula sua crítica tanto no sentido de sobrepular a dominante leitura capitalista de então, mas também de compreender as limitações de sua própria categoria de feudalismo. Esta, oriunda na análise do caso europeu, traria em si a análise histórica de outro processo que não o brasileiro, e para ser utilizada nesse caso deveria ser abasileirada.

Mas esta dinâmica resultante do desenvolvimento desigual também se internaliza e ganha forma no próprio processo de desenvolvimento brasileiro, na medida em que a *heterocronia* se estabelece no interior da formação social brasileira através da coexistência de diversos modos de produção, que por sua vez, pertencem a etapas históricas diversas do desenvolvimento histórico-social. Trata-se aqui de outro conceito central para sua caracterização de feudalismo, a *contemporaneidade do não coetâneo*. Nas palavras do autor:

O Brasil apresentou, e ainda apresenta – hoje, na verdade, com efeitos já bastante atenuados – etapas diversas de desenvolvimento, para aplicar um conceito generalizado e colhido da economia. A uniformidade é ainda, entre nós, uma tendência que se vem acentuando, sem dúvida, mas aquela heterocronia existe e funciona, condicionando comunidades e sociedades. Trata-se de outro aspecto – agora particular, porque brasileiro – do desenvolvimento desigual. (Sodré, 1980, p. 135).

Deriva daí que para Sodré a especificidade de nossa formação social é caracterizada não pelo evolucionismo positivista, caro ao stalinismo, mas pela existência, lado a lado, de modos de produção de etapas diferentes do desenvolvimento humano. Assim, ao se transitar de uma área onde

vigora o comunismo primitivo praticado pelos indígenas, para uma área de cultivo escravista, se teria a sensação de perpassar tempos históricos distintos em uma mesma realidade. O mesmo seria válido para o transito do escravismo para uma região onde este seria inviável e se estabeleceriam relações de produção feudais.

Esta *contemporaneidade do não coetâneo* seria agravada pela total ruptura existente entre a produção indígena, organizada em base comunista primitiva, e a produção escravista portuguesa. Assim, é posta uma ruptura total e direta com os povos nativos. Embora em algumas áreas, como no planalto paulista e nas missões jesuíticas ao sul, a força de trabalho indígena tenha sido arregimentada como trabalho escravo ou subsumida ao trabalho por coerção religiosa, este não é para o autor o caso típico de força de trabalho utilizada, o negro africano. Desta maneira, o modo de produção que aqui se instala é *transplantado*, no sentido que tanto suas classes expropriadoras, oriundas de Portugal, quanto suas classes expropriadas, trazidas pelo capital comercial através do Atlântico, são não autóctones. Nas palavras de Sodré:

Não há, pois, continuidade de evolução entre a comunidade primitiva e o escravismo; aquela permanece até hoje – salvo quando o avanço das relações capitalistas, como nos nossos dias, ameaça completar a destruição dos stocks indígenas – e a sociedade escravista é formada, no mesmo território, por elementos provindos do exterior. Os alicerces da sociedade brasileira, pois, foram importados, transplantados. (Sodré, 1980, p. 136).

Partindo destas ideias e tomando como referência estes modos de produção, o autor faz uma interessante discussão em torno da dominância do feudalismo, contida na ideia de regressão feudal. Partindo do escravismo, que se constitui aqui sem nenhum vínculo com o comunismo primitivo, primeiro o autor levanta alguns pontos sobre a qualificação adequada deste escravismo, com a distinção entre o escravismo clássico, em vigor na antiguidade clássica, e o escravismo colonial, calcado na exploração da força de trabalho negra. Como observa um atento comentador de sua obra:

Outro ponto a ser destacado é a utilização, pioneira, do conceito de modo de produção escravista colonial, embora as consequências maiores de tal achado fossem, quase duas décadas depois, trabalhadas por outro historiador (Gorender, 1978), sem qualquer menção ao pioneirismo de Sodré. (Gaio, 2008, p. 112).

Contudo, o cerne do seu argumento é a noção de *regressão feudal*. Para Sodré o sistema produtivo brasileiro seria desde cedo marcado pela existência de áreas que, por razões geográficas ou econômicas não eram passíveis de ocupação pela produção escravista. Nestas áreas desenvolve-se uma agricultura de pastoreio estruturada em relações de exploração que, diferindo da escravidão direta, nem no assalariamento, apresentando formas de servidão indiretas baseadas no favor e em seu caráter pessoal. Estas relações de trabalho tais como, o meeiro, o terceiro, e o parceiro, envolvem frequentemente a extração do excedente em espécie ou por via direta.

É o processo de constituição dessas relações a partir do escravismo que Sodré denomina *regressão feudal*. Segundo o autor, esse processo de regressão ao feudalismo se aceleraria a partir da decadência da economia mineira, tornando-se dominante com o declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba. A desintegração do escravismo é o que origina a *regressão feudal*, estabelecendo aqui um feudalismo caracteristicamente brasileiro. Deste modo, fica claro que o argumento de Sodré não reproduz o esquema stalinista dos cinco modos de produção que transitam linearmente do comunismo primitivo para o capitalismo, para então chegar ao comunismo, mas se atem aos determinantes internos do conceito, como as forças produtivas e as relações sociais de produção, para formular uma explicação para o processo histórico brasileiro, tendo no feudalismo o modo de produção então dominante.

Assim, se espera ter oferecido uma síntese do argumento de Sodré que de conta de deixar clara sua posição no debate do Modo de Produção Brasileiro, bem como diferencia-lo de potenciais equívocos, como confundir sua contribuição com a leitura dominante no PCB ou então pensa-lo como um retorno a historiografia tradicional de leitura feudal. No entanto, o fato da teoria de Sodré do Modo de Produção Brasileiro não ser a mesma do PCB não o distancia na prática de seu programa político de intervenção da realidade.

3. A interpretação feudal como base da Revolução Brasileira e do programa democrático nacional

A explicação do processo histórico brasileiro através do modo de produção feudal, motivada por razões teóricas, políticas, ou por ambas, fez de Sodré o maior teórico da esquerda oficial brasileira. Ao propor uma leitura do processo histórico à luz da ideia de regressão feudal, Sodré realiza uma rigorosa fundamentação teórica do Programa Democrático Nacional formulado pelo PCB a partir da Declaração de Março de 1958. Se esta até então havia sido realizada através do marxismo-leninismo oficial da III Internacional, com conceitos tidos como universais para países *coloniais e semicoloniais*, mecanicamente importados para a realidade brasileira, é na obra de Nelson Werneck Sodré que esta fundamentação assume caráter genuinamente brasileiro, levando em consideração nossas especificidades enquanto formação social. O conceito de regressão feudal elaborado pelo autor justifica a tática política de uma frente popular ampla para, combatendo os resquícios de feudalismo, realizar de forma plena a revolução burguesa no Brasil.

O ponto central da obra de Sodré da Revolução Brasileira é a atrofia e a frustração da Revolução Burguesa no Brasil. Ao romper com a República Oligárquica, a Revolução de 30 teria conservado muitos traços desta última, incorporando gradualmente setores da burguesia ao bloco no poder. Embora deslumbre a possibilidade da “via prussiana”, para o autor a revolução se

completaria com uma ruptura conduzida pela burguesia nacional, que superaria os traços arcaicos herdados do período colonial. A debilidade da revolução burguesa no Brasil teria levado a uma oposição entre a nação então em constituição e o imperialismo e seus agentes internos, interessados em manter sua posição dominante na formação social brasileira. Isto impedia o Brasil de exibir um capitalismo pujante completando seu processo de industrialização.

Tal bloco conservador e imperialista levaria à necessidade de se formar uma coalização de forças nacionalistas com a finalidade de superar os entraves postos ao desenvolvimento econômico autônomo da formação social brasileira. Estes entraves se colocam de duas formas, a primeira delas através da presença de setores conservadores no campo que conservavam relações arcaicas de produção; e através da submissão do Brasil aos agentes do imperialismo, que colocariam o país em uma posição subordinada no mercado mundial.

Quanto ao primeiro delas, o feudalismo, que, se manifestando através do latifúndio, bloqueia o acesso à propriedade da terra, estabelecendo o que o autor chamou de *monopólio feudal da terra*. Desta forma o Brasil teria herdado uma estrutura fundiária extremamente concentrada e improdutiva, o que levava, à escassez de gêneros alimentícios fornecidos às massas urbanas e permanentes pressões inflacionárias. Além disso, tal modelo de desenvolvimento geraria um crônico excedente de força de trabalho no campo e cercearia a formação de um, potencialmente amplo, mercado interno, característica fundamental da economia nacional.

No que diz respeito aos entraves característicos do imperialismo, estes se manifestariam na posição subordinada do Brasil no sistema imperialista, que ao recolocar sucessivamente o problema do estrangulamento externo, impedia a constituição de uma economia nacional dotada de uma oferta interna capaz de atender o mercado interno que se constituiria com o desenvolvimento do capitalismo. Outras formas de operação do imperialismo seriam as frequentes e abusivas remessas de lucros provenientes do capital estrangeiro internalizado e o pagamento da dívida externa.

Diante disso, a solução colocada pelo programa democrático nacional era a formação de uma frente ampla, composta por operários e pela burguesia nacional. Esta última, de acordo com esta formulação, apesar de oscilar entre o nacionalismo e o imperialismo, possuía interesses materiais nacionalistas, evidenciados no seu apoio à intervenção do Estado no processo de industrialização. Esta frente deveria conduzir um processo revolucionário antifeudal e anti-imperialista, superando o duplo entrave colocado através de processo amplo e democrático de reforma agrária e nacionalização da economia. Era este programa era a base das propostas de setores progressistas da sociedade brasileira no governo de João Goulart, servindo de suporte para as reformas de base no período de polarização política, que tem como trágico desfecho o golpe civil-militar de 1964.

Esta solução coloca em oposição forças nacionais, como a classe trabalhadora, setores da pequena burguesia, e a burguesia nacional, contra os agentes internos e externos do imperialismo, representados pelo latifúndio, capital estrangeiro e a burguesia associada a este capital. Para Sodré a classe operária brasileira não teria forças para levar a cabo tamanha agenda de transformações políticas, ao passo que movimento camponês ainda se encontrava em um estado de organização incipiente.

A dupla negativa do programa nacional popular, seu caráter antifeudal e anti-imperialista, conduzem à solução dos problemas brasileiros através de revoluções de duas naturezas, a primeira uma revolução agrária, seguida de uma revolução nacional. Se por um lado, a centralidade da burguesia nacional nesse processo revolucionário é extremamente questionável, é necessário pôr em evidência a importância da revolução agrária presente no programa democrático nacional e seus desdobramentos táticos.

A grande questão, diante da desorganização do movimento dos trabalhadores rurais, seria descobrir qual classe seria capaz de conduzir esse processo de transformação da estrutura agrária. O diagnóstico feudal, em princípio, permite uma resposta simples, porém insuficiente para a questão, colocando a burguesia nacional, que então se consolidava no processo de industrialização, como principal ator destas transformações.

Entretanto, como indica Caio Prado, a burguesia nacional penderia mais para o lado imperialista, do que para a necessidade de conduzir uma revolução agrária e anti-imperialista. Em outras palavras, esta burguesia nacional, por seu permanente conservadorismo obscurantista, temia mais a pressão proletária do que as rotineiras espoliações do imperialismo, evidenciando sua fraqueza econômica e política na incompletude do processo de industrialização brasileiro. Isso leva a um aspecto marcante do programa democrático nacional, notadamente a compreensão da necessidade de finalizar o inconcluso processo de industrialização brasileiro, completando assim uma etapa capitalista que viabilizaria a construção do socialismo.

4. Considerações Finais

O presente trabalho procurou recuperar a contribuição de Nelson Werneck Sodré para a caracterização do Modo de Produção Brasileiro, com a centralidade do modo de produção feudal através da ideia de *regressão feudal*, bem como a caracterização da Revolução Brasileira sustentada por esta leitura do processo histórico brasileiro.

A partir de sua inflexão em 1962, Sodré traz uma inovadora proposta de leitura do processo histórico da formação social brasileira, tendo uma importante contribuição para a caracterização do Modo de Produção Brasileiro, que tinha então como hegemônica a interpretação capitalista, e em

Caio Prado Jr. o seu principal representante, com a categoria do sentido da colonização. Sodré chama atenção para as relações de produção, bem como para a estrutura de propriedade fundiária com o intuito de destacar as idiossincrasias do Modo de Produção Brasileiro, que este acreditava terem sido insuficientemente desenvolvidas por Prado. Assim, partindo da *heterocronia* e da *contemporaneidade do não coetâneo*, bem como da ideia de *transplantação*, Sodré constrói uma interpretação de nosso processo histórico a partir da categoria de modo de produção consubstanciada no conceito de *regressão feudal*.

Quanto à caracterização da Revolução Brasileira, se pode afirmar que Nelson fundamentou teoricamente o programa político do PCB de sua época, que via no binômio imperialismo-feudalismo o principal entrave ao florescimento do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, para Sodré, e para a maioria da esquerda do período, a Revolução Brasileira era de caráter antifeudal e anti-imperialista, superando o duplo entrave posto, o que permitiria construir um pujante capitalismo nacional, condição necessária para superar o quadro de dependência econômica em que se encontrava a economia brasileira.

5. Referências Bibliográficas

BORJA, Bruno. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

COUTINHO, Carlos. Nelson. “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”. In: _____. **Cultura e Sociedade no Brasil** – ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 4ª edição, (1988 [2011]).

CUNHA, Paulo. Nelson Werneck Sodré: uma obra militante, 2012 In: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/NWS-PC.pdf>.

CURTY, Carla. A economia política como caminho para as interpretações do Brasil: apontamentos sobre questões metodológicas para a história do pensamento econômico brasileiro. In: **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2013**, Niterói, 2013. Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois, 2013.

DA ROCHA, Marco Antônio. “Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP”. In: MALTA, Maria Mello de.(coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro, IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 247-290.

DEL ROIO, Marcos. “A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de uma particularização de uma revolução burguesa em processo”. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**, v. 4: Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000, p. 69-125.

GAIO, André Moysés. Formação Histórica do Brasil. In: SILVA, Marcos (org.) **Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

GRESPLAN, Jorge. O conceito de modo de produção em Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, Fátima. & CUNHA, Paulo. (org.) **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MADUREIRA, Maria da Anunciação. A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, Fátima. & CUNHA, Paulo. (org.) **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MORAES, João Quartim. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático. In: SILVA, Marcos. (org.) **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**, Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 1ª edição, 2001.

RICUPERO, Bernardo. “Caio Prado Jr.: O primeiro marxista brasileiro”. In: **Revista USP**, São Paulo, v.38, p. 64-77, Junho/Agosto, 1998.

SEGATO, José Antônio. A revolução Brasileira. In: CABRAL, F. & CUNHA, P. R. (org.) **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SILVA, Juliana. Por que interpretar o Brasil? . In: **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2013**, Niterói, 2013. Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: José Olympio, 1ª Edição, 1944.

_____. **Introdução a Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1963.

_____. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1964.

_____. Modos de Produção no Brasil. In: **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1ª edição, 1980.

TOLEDO, Caio. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 1ª edição, 2001.